

## **O ESPIRITISMO FRENTE À IGREJA CATÓLICA EM DISPUTA POR ESPAÇO NA ERA VARGAS**

Sinuê Neckel Miguel\*

**Resumo:** De 1930 a 1945, na Era Vargas, as lideranças espíritas e católicas colocaram em movimento uma série de estratégias de disputa por poder no campo religioso. Uma delas, fundamental para ambos os grupos, foi a busca de aproximação com o Estado. O Espiritismo teve de firmar-se na sociedade brasileira em meio a conflitos judiciais e instabilidades políticas, aguçadas num contexto de competição religiosa com a Igreja Católica. Valores convergentes com o varguismo, como trabalho e educação, a inflexão nacionalista e corporativista e a respeitabilidade de figuras proeminentes com inserção no funcionalismo público, na imprensa e no meio militar conduziram à configuração de uma tensa harmonia dos espíritas com o governo Vargas.

**Palavras-chave:** Espiritismo; Igreja Católica; Era Vargas; Política.

**Abstract:** From 1930 to 1945, in the *Era Vargas*, the spiritist and catholic leaders set in motion a series of strategies of power struggle in religious field. One of them, fundamental to both groups, was the seeking of a closer relation with the state. Spiritism had to establish himself in Brazilian society amid legal disputes and political instability, which was sharpened in the context of religious competition with the Catholic Church. Values converged with the *varguismo* as work and education, nationalist and corporatist inflection and the respectability of prominent figures with insertion in the civil service, in the press and in the military environment led to the configuration of a tense harmony between spiritists and Vargas government.

**Key-words:** Spiritism; Catholic Church; Era Vargas; Policy.

---

\* Bacharel em História pela UFRGS e mestrando em História pela UNICAMP.  
E-mail: sinueneo@gmail.com

Neste artigo trato de reconstituir a teia de relações entre o movimento espírita e a Igreja Católica através do prisma do Estado brasileiro.<sup>1</sup> Veremos que, sob a necessidade de legitimação frente ao poder estatal (num momento em que esse ganhava grandes proporções tanto no Brasil, quanto no mundo), o movimento espírita encontrará o poder da Igreja Católica como obstáculo para a sua inserção social e para a garantia de liberdade de ação frente ao Estado.

Na chamada Era Vargas, a Igreja Católica conseguiu substantiva aproximação com o Estado, numa aliança que proporcionou a ela

uma margem de vantagens nunca vistas em relação aos oponentes da supremacia católica. Tanto os inimigos comuns entre Estado e Igreja (comunistas, socialistas, liberais e todos os que se opunham ao autoritarismo getulista, principalmente após 1937) quanto os restritos ao combate católico (protestantismo, espiritismo kardecista e umbanda), eram combatidos do lugar privilegiado desfrutado pelo catolicismo junto ao poder.<sup>2</sup>

Artur Isaia explica que “embora a Constituição outorgada em 1937 anulasse as conquistas católicas alcançadas em 1934, o Estado Novo tendeu a manter e aumentar os favores governamentais à Igreja, baseando-se em um ‘pacto moral’ garantido pela amizade entre o Cardeal Leme e Vargas.”<sup>3</sup>

Já para entendermos a relação do Espiritismo com o Estado, precisamos fazer uma caracterização sociológica do movimento espírita. Para isso, podemos tomar como ponto de partida a análise de Bernardo Lewgoy:

O espiritismo, sobretudo a partir do Brasil da era Vargas, caracteriza-se como uma *religião laica da ordem*, que prega a evolução individual pelo mérito. Parte das hostes espíritas são formadas nessa época, mas não inclui membros proeminentes da elite republicana, e sim, e com mais frequência, uma nova classe de funcionários públicos, civis e militares que nele se apóiam para se afirmar social e profissionalmente. Nesse sentido, o espiritismo combina subalternos e dissidentes das elites sociais e profissionais no período de construção da engrenagem estatal moderna no Brasil.<sup>4</sup>

As lideranças espíritas eram, em geral, socialmente localizadas nas camadas médias urbanas, assumindo, muitas vezes, cargos públicos de certa

importância política. Por isso era comum a circulação de espíritas no campo político-governamental, inseridos em redes de sociabilidade que lhes possibilitavam algum acesso a poderes institucionais e simbólicos.

Ao longo da Caravana da Fraternidade destinada a propagar o Pacto Áureo – acordo que unificou, em 1949, as federativas estaduais em torno da Federação Espírita Brasileira através de um Conselho Federativo Nacional<sup>5</sup> - para o Nordeste e Norte do país, diversos contatos eram estabelecidos entre o poder público e os caravaneiros espíritas que iam parando de cidade em cidade. Em Natal o prefeito comparecera à conferência dos caravaneiros realizada no Teatro Carlos Gomes. Estes, depois, foram visitar o governador do Rio Grande do Norte, José Varela, que, apesar de católico, contou-lhes sobre os fenômenos espíritas que havia registrado em sua vida, tendo inclusive sido tratado por medicação indicada por um médium, mesmo sendo médico.<sup>6</sup> No município de Messejana (ao lado de Fortaleza), o grupo é recebido pelo prefeito José de Alencar.<sup>7</sup> Na Parnaíba são acompanhados pelo ex-prefeito Mirocles Veras.<sup>8</sup>

A presença de autoridades do aparelho estatal em eventos espíritas<sup>9</sup> também é indício de que a situação do Espiritismo perante o Estado teve significativa contribuição da forte presença das lideranças espíritas em posições sociais favoráveis à construção de uma imagem respeitável para a doutrina. E, por outro lado, essa presença do poder público é também um reforço a essa imagem, dotando-o de capital simbólico.

No entanto, evitava-se ao máximo a “promiscuidade” do movimento espírita com a política, ao menos discursivamente.<sup>10</sup> É nesse sentido inclusive que se dirigem as críticas às lideranças católicas por entender-se que estas vinham confundindo seu ofício religioso com a prática político-partidária. As críticas são lançadas contra a Igreja apontando para o estímulo à formação das ligas católicas que estariam se articulando com os candidatos a Presidência da República no final de 1945<sup>11</sup>, relacionando também à aliança com o fascismo na Itália<sup>12</sup>, que estaria sendo defendido por alguns bispos brasileiros (cujos nomes não são mencionados) no começo do Estado Novo como alternativa aos “condenáveis” regimes capitalistas e comunistas.<sup>13</sup> É bom lembrar, contudo, que, assim como no meio espírita, entre os católicos as posições eram diversificadas e conflituosas. Em 1931, o papa Pio XI, na encíclica *Non abbiamo bisogno*, já havia condenado o fascismo como uma estatolatria pagã, isto é, uma forma de totalitarismo estatal; em 1939 é Pio XII quem reforça a condenação na encíclica *Summi Pontificatus*.

Essa condenação ao envolvimento político dos católicos serve também como advertência para os “partidários de uma organização ‘forte’ do Espiritismo” não caírem no mesmo erro identificado na atuação da Igreja Católica, fazendo ver como “é muito melhor conservarmos nossa liberdade de

consciência.”<sup>14</sup> As críticas atingem por vezes até o próprio governo: em 1937 um artigo atribuído ao espírito Humberto de Campos<sup>15</sup> faz a crítica à política praticada no Brasil, referindo-se ao apoio governamental dado a uma missa pública realizada na cidade do Rio de Janeiro, considerando o fato porém como “não [...] estranhável” dado que o mesmo governo “subvenciona as festas carnavalescas, incentivando, por essa forma, o turismo no Brasil.”<sup>16</sup>

Isso entretanto é exceção, já que ao longo do Estado Novo as críticas ao governo desaparecem. Talvez ainda possamos identificar uma crítica, bastante sutil, ao Estado Novo, por ocasião da atuação da Liga Eleitoral Católica (fundada em 1932) que fez aos candidatos à Presidência da República “as suas dez exigências mínimas”, quando o articulista espírita I. Pequeno denuncia o interesse da Igreja em instituir uma ditadura religiosa após “uma ditadura governamental mais ou menos tolerável.”<sup>17</sup> Era dito também que “trocando seu púlpito por uma tribuna de achincalhes partidários, está o sacerdote católico nivelado a qualquer pecador.”<sup>18</sup> Noutro momento, quando o Partido Comunista Brasileiro fora empurrado para a ilegalidade com um golpe judicial, uma curiosa acusação foi feita por órgãos do clero católico de que Wantuil de Freitas<sup>19</sup>, o presidente da Federação Espírita Brasileira - FEB, seria um político adepto do comunismo, o que poderia inclusive levá-lo a prisão. A acusação foi desmentida como sendo fraudulenta, ao mesmo tempo em que se noticiava a prisão do padre Francisco Pinto como comunista, sendo solto por intervenção do Ministro da Justiça.<sup>20</sup> Aproveitou-se a ocasião para “asseverar que o Espiritismo nada tem de comum com qualquer partido político, visto que a sua finalidade é de ligar as criaturas e de jamais separá-las por questões terrenas.”<sup>21</sup> Vê-se, com todos os artigos que alertavam para a “promiscuidade” com a política, que o argumento de salvar-se do fracasso causado pela política é recorrente. Tudo isso servia não só para atacar a Igreja Católica mas também para fortalecer o argumento do apartidarismo e da isenção da participação política do movimento espírita perante aqueles espíritas que desejavam investir nesse campo de atuação.

E mesmo com essa tenaz campanha, encampada fortemente pela Federação Espírita Brasileira, contra o envolvimento dos espíritas no mundo político-partidário, existiram sociedades espíritas (conforme se registra, com tristeza, n’*O Reformador*) que aderiram abertamente aos candidatos à Presidência da República no retorno à democracia em 1945.<sup>22</sup> Tal fato indica a dificuldade de controle institucional do movimento espírita e o seu tencionamento interno estimulado pela conjuntura nacional que de certo modo ameaçava os espíritas pela inserção do Catolicismo no Estado, o que tornava muito delicado qualquer movimento político por parte dos espíritas, que poderiam, com isso, sofrer ataques ou tornarem-se demasiado dependentes de instituições exteriores ao Espiritismo, no caso os partidos políticos.

Seguindo com a caracterização social dos espíritas, devemos dizer que era expressivo o número de militares e jornalistas, por exemplo, nos cargos decisórios e no campo doutrinário de produção intelectual espírita. De fato, esses grupos inclusive se constituíram em unidades profissionais no meio espírita, resultando na Cruzada dos Militares Espíritas e no 1º Congresso Brasileiro de Jornalistas e Escritores Espíritas.<sup>23</sup>

Os espíritas abraçaram a luta pelo ensino laico, opondo-se à investida católica de promoção do ensino religioso, pelo qual a Igreja exerceria amplamente seu poder de doutrinar dentro de todas as escolas do país. Essa luta foi coordenada pela Coligação Nacional Pró-Estado Leigo, criada em 17 de maio de 1931, que “congregava pessoas das mais diferentes orientações intelectuais, na defesa da separação entre Igreja e Estado e na luta pela igualdade de credos na futura constituição.”<sup>24</sup> O temor que uniu espíritas, maçons, metodistas, luteranos, episcopais, entre outros religiosos, era de que a oficialização do ensino facultativo e a assistência espiritual não obrigatória às Forças Armadas pudessem se transformar “em instrumentos de reafirmação do catolicismo, rumo a uma possível união Igreja-Estado, ou assinatura de uma concordata, capaz de privilegiar a religião católica.”<sup>25</sup> Chegou a ser presidente da Coligação um dos espíritas mais destacados do movimento espírita: o Lins de Vasconcelos<sup>26</sup>, que lutara constantemente pela laicidade do Estado.<sup>27</sup> Uma pista interessante para a investigação futura do sentido dessa luta pela laicidade do Estado encontra-se no jornal dirigido por Vasconcelos, o *Mundo Espírita*, no qual se encontra em destaque a seguinte frase, no topo do jornal: “As Sociedades Espíritas do Brasil são cristãs e apolíticas e sustentam o princípio da laicidade do Estado.”<sup>28</sup> Com isso, a dedução que podemos fazer em princípio é que a não intervenção das instituições espíritas na política significava não misturar religião com Estado, garantindo sua laicidade, obviamente se tal princípio fosse estendido para as outras religiões.

A nova conjuntura que se apresentava para o movimento espírita, marcada pela disputa com o Catolicismo no Estado Novo, pôde ser enfrentada com o uso de “recursos simbólicos, doutrinários e rituais” dotados ao Espiritismo por Chico Xavier<sup>29</sup> e sendo absorvidos pela Federação Espírita Brasileira através da sua produção editorial, tal como vimos rapidamente no caso da obra *Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho* em “Espiritismo e política: o compasso dos espíritas com a conjuntura dos anos 1930-1940.”<sup>30</sup> Como coloca Lewgoy, com Chico Xavier

a antiga configuração do espiritismo na primeira República, simultaneamente livre-pensador em política e assistencial para com os setores mais pobres, sofria uma mudança de ênfase relativa ao contexto do Estado Novo. Formalmente

laico, o regime de Vargas se notabilizaria pelos acordos com a igreja católica, fazendo a bandeira do laicismo perder terreno, bem como investiria na regulação do funcionamento civil das associações religiosas como formas de controle que obrigariam os espíritas a redefinirem suas estratégias de sobrevivência e estabelecer um novo relacionamento com o regime do Estado Novo.<sup>31</sup>

Vale enfatizar portanto a importância da produção literária mediúnica de Chico Xavier para “aparelhar” a Federação Espírita Brasileira (e as federativas estaduais com ela mais alinhadas) com os instrumentos necessários para a inflexão nacionalista e autoritária adotada pelo movimento espírita nos anos do Estado Novo.<sup>32</sup> A conclusão a que chegamos, em artigo já citado, a respeito das convergências conjunturais do pensamento espírita com as idéias em voga é a seguinte:

Em suma, tomando como referência a FERGS e a FEB podemos afirmar que, em boa medida, o movimento espírita brasileiro “encaixou-se” à ordem vigente no Brasil, pendulando a ênfase em determinadas interpretações doutrinárias de acordo com o peso da conjuntura (colocada principalmente pelo Estado, pela disputa com a Igreja Católica e pelo contexto internacional): ora desvalorizando, ora valorizando a democracia e adaptando um discurso patriótico ao universalismo da Doutrina Espírita. A questão do sistema sócio-econômico colocada pelo embate entre capitalismo e socialismo é resolvida geralmente por uma moderação moralizadora do regime capitalista, com raras exceções de um pendor para o socialismo cristão, de caráter mais reformista e certamente não-violento. A ordem é um valor bastante permanente, permeando diversos discursos, ligando-se comumente à idéia de harmonia que, em termos de proposta política, se dá na defesa da harmonia entre capital e trabalho. Todo esse *posicionamento* contraria obviamente a pronunciada neutralidade política das instituições espíritas, já que vimos que essas posições eram defendidas através dos seus órgãos de imprensa, muitas vezes por representantes das federativas, no caso examinado, a FERGS e a FEB. Dizer-se isento de posições políticas, entretanto, permitia um reforço oficializante dos discursos dos espíritas capaz de estabilizar opiniões de forma sacralizada sem abertura para o debate. E ainda, por outro lado, construía-se uma cobertura a qualquer eventual instabilidade política que

pudesse causar disputas internas ao movimento espírita e intervenções externas do Estado, já que, sendo politicamente neutro, os espíritas poderiam, mais facilmente, se acomodar estrategicamente a diversos regimes.<sup>33</sup>

Deve ser incluída também, no âmbito do acirramento da competição no campo religioso, a presença da recém nascida Umbanda, tal como destaca Lewgoy, pois, além de ser uma religião de pequena classe média, ela acaba absorvendo “parcela considerável de simpatizantes de menor capital cultural dentre os espíritas, constituindo-se numa das preocupações principais dos espíritas nas décadas seguintes.”<sup>34</sup>

A relação dos espíritas com o Estado na Era Vargas parece ter se dado, de um modo geral, numa ‘tensa harmonia’, marcada por algumas conturbações e, por outro lado, por uma espécie de “parceria” num campo político e religioso atravessado por pressões diversas, como as reclamações dos médicos para se enfrentar a “loucura espírita”<sup>35</sup> ou a intervenção dos católicos conquistando vantagens para a Igreja sobre todas as demais religiões. Se tomarmos como exemplo essa relação no Rio de Janeiro veremos que, conforme verificou Emerson Giumbelli, “a atividade organizativa da FEB sofreu a clara influência *dos contatos e dos acordos realizados com as autoridades policiais.*”<sup>36</sup> Conseguiu assim proteger-se, juntamente com as sociedades a ela filiadas, de ações repressivas ligadas à criminalização do código penal das práticas de cura espíritas, do que resultou uma intensificação das relações federativas baseada no benefício da garantia de isenção da intervenção policial.<sup>37</sup> Em junho de 1937 essa colaboração se estabeleceu entre a Federação Espírita Brasileira e a 1ª Delegacia Auxiliar, já que a Federação atendeu ao pedido da Delegacia de fornecer uma nova lista das entidades espíritas a ela filiadas, o que permitiria à polícia combater os “audaciosos aventureiros, [que] valendo-se do justo e real prestígio de que goza o espiritismo entre nós, adulteram as suas finalidades humanitárias, fraudando a lei.”<sup>38</sup> A influência da pressão policial na organização federativa é evidente: a diretoria da Federação Espírita Brasileira acaba formulando normas que se estabeleceriam firmemente através de um conselho de diretores das sociedades filiadas, visando impedir as manifestações sonambúlicas nas ‘seções públicas’, permitindo-se às entidades espirituais manifestarem-se apenas através de psicografias, proibindo-se também o atendimento mediúnico a enfermos e a aplicação de passes. Ou seja, todas as atividades que mais se prestavam à ‘exploração da credulidade pública’ eram circunscritas ao âmbito privado. E nas sessões privadas um maior controle da atividade mediúnica é prescrito, concentrando-se atribuições de mando e de coordenação na figura do presidente da sessão.<sup>39</sup>

Por ocasião do golpe de outubro de 1937 que instaurou o Estado Novo, uma série de perseguições políticas foram efetuadas. Nesse contexto a Federação Espírita Brasileira foi fechada para averiguações, realizadas rapidamente, sendo reaberta em três dias. Inácio Bittencourt, uma das grandes lideranças espíritas da Federação Espírita Brasileira, fora detido pela polícia pouco antes, em maio de 1937, por ter sido pego fornecendo receituário homeopático a um paciente<sup>40</sup>, sendo que, sem ser médico, incorria no crime de prática ilegal da medicina. No entanto, o processo aberto pelo inquérito policial fora arquivado a pedido do promotor que o recebera, por entender que o réu não poderia ser incriminado sem a acusação de proveito material.<sup>41</sup> Ou seja, sem ganho pecuniário os espíritas mantinham sua palavra de praticar somente a caridade, não fazendo da mediunidade uma profissão e, com isso, ganhando o direito a uma relativa liberdade.

Os espíritas, ao passarem por algumas disputas legais, sofrendo ataques judiciais do Estado, em especial a partir da atuação policial, trouxeram também a questão da intolerância religiosa à tona. Comparavam-se aos cristãos perseguidos nos tempos do cristianismo primitivo em Roma, com o paralelo de lhes serem também proibidas “as reuniões e a prática dos ensinamentos, dos exemplos e das recomendações do Cristo de Deus, sob pena de serem conduzidos ao julgamento e à condenação por efeito de leis que lhes eram contrárias, porque judaicas ou pagãs.”<sup>42</sup> Entendiam porém que estavam vencendo a perseguição, conquistando a liberdade religiosa inscrita na Constituição brasileira, o que de fato ocorreu, passando a colaborar, por outro lado, com as forças policiais para a repressão “contra os exploradores da credulidade pública, sempre que os mesmos infringem disposição do direito comum.”<sup>43</sup>

Devemos enfatizar também a atuação de um defensor de peso dos espíritas da Federação Espírita Brasileira no interior do Estado: o, na época, chefe de polícia do Distrito Federal, Filinto Müller. Em duas ocasiões ele atuou claramente em favor da Federação Espírita Brasileira. Primeiramente, em dezembro de 1938, quando preparara “um relatório sobre as ‘forças religiosas no Brasil’ consideradas do ponto de vista de ‘suas influências políticas e econômicas’”, Filinto Müller produziu um capítulo sobre o Espiritismo esclarecendo que “seu fim principal é espalhar o bem”, através da assistência social e da sua medicina (distinta da prática dos exploradores do “baixo charlatanismo”), listando-se ao fim os centros espíritas filiados à Federação Espírita Brasileira, com a conclusão de “que, politicamente, o ‘espiritismo não apresenta, no momento, qualquer perigo para o Estado’”, finalizando com um depoimento de Inácio Bittencourt, que há pouco tempo havia sido processado, agora elogiado pelo seu trabalho assistencial.<sup>44</sup> Já na segunda ocasião, Filinto não agira de forma preventiva, como da primeira vez, e sim com uma intervenção



corretiva, liberando a Federação Espírita Brasileira de um incômodo ocorrido em maio de 1941, quando já existia a lei que vigoraria em 1942 no novo código penal, deflagrado por uma portaria baixada pela Chefatura de Polícia do Distrito Federal que suspendia o funcionamento de todos os centros espíritas da capital carioca, condicionando sua reabertura “à aprovação de uma solicitação de registro à 1ª Delegacia Auxiliar que levaria em conta: (a) as finalidades da instituição; (b) os antecedentes político-sociais de seus diretores; (c) os antecedentes criminais dos mesmos.”<sup>45</sup> Apesar de a Federação Espírita Brasileira ter ficado fechada mais uma vez, agora por uma semana, fora liberada para funcionar normalmente antes mesmo de ter recebido a autorização definitiva com a devida documentação para o seu registro, em função da atuação de Filinto Müller colocando-a “entre os ‘centros verdadeiramente dedicados ao culto [...] sobre os quais não pairam dúvidas.’”<sup>46</sup> Portanto, como conclui Giumbelli, “a fronteira entre o lícito e o ilícito [...] era determinada a partir do ‘humanitarismo’ de seus fins e intenções e do perfil social e político de seus responsáveis.”<sup>47</sup>

Giumbelli menciona que a Federação Espírita Brasileira procurou de várias formas lutar contra a legitimidade do código penal que criminalizava práticas de cura espíritas, através de artigos n’ *O Reformador*, representações dirigidas ao ministro da Justiça, audiências com o presidente da República, publicação do livro do advogado espírita Carlos Imbassahy *A Mediunidade e a Lei* (uma tese em defesa da mediunidade curativa) e *lobby* sobre os parlamentares.<sup>48</sup> Porém o que funcionou inequivocamente foi a conversação direta com as autoridades policiais. Dirigindo-se a elas para romper com a repressão, mobilizaram-se conjuntamente o Tenente-Coronel Roberto Pedro Michelena, presidente da Federação Espírita do Rio Grande Sul, e Wantuil de Freitas, além de Rocha Garcia, ambos na época diretores da Federação Espírita Brasileira.<sup>49</sup> (Esse fato é relevante para se entender a relação próxima entre a federativa gaúcha e a Federação Espírita Brasileira, principalmente através da atuação de Michelena). Juntos, eles foram à Chefatura de Polícia para defender a liberdade de reunião dos espíritas, o que foi conseguido rapidamente, tendo em seguida o Ministro João Alberto expedido uma portaria que revogava a anterior (portaria 10.194) publicada no boletim 237, de 10 de outubro de 1943.<sup>50</sup>

Friso, no entanto, que apesar da proteção obtida pela Federação Espírita Brasileira em diversos momentos, evitando “bater de frente” com o regime do Estado Novo, dar a impressão, por vezes, de razoável conciliação entre o poder estatal e as forças espíritas, essa relação de forte submissão será rompida com o seu término. Com o fim do Estado Novo, podemos ler, por parte dos espíritas, acusações severas à lei no período varguista. Aquilo que antes não poderia ser dito, agora é pronunciado com veemência. Em 1948, Djalma Farias, dissertando

sobre a liberdade de crença, define o Código Penal Brasileiro como um “código fascista decretado no Estado Novo”, denunciando que

a anterior administração do Estado havia proibido que uma senhora aplicasse, em sua própria residência, “passes magnéticos” em milhares de pessoas que a procuravam, sem receber de quem quer que fosse, ao que nos conste, qualquer pagamento ou indenização pelos benefícios que proporcionava.<sup>51</sup>

O autor ainda sugere uma estratégia para se escapar da intervenção dos órgãos de saúde, bastando definir a atuação do ‘passe’ não com propriedades terapêuticas, mas para afastar “más influências espirituais.”<sup>52</sup>

A reivindicação pela liberdade de pensamento religioso é constante, considerando-a “um direito sagrado que assiste a todos os brasileiros.”<sup>53</sup> Mas, se por um lado já se faziam críticas contundentes ao regime de Vargas, denunciando-se inclusive uma aliança católico-getulista no “período da ditadura getulesca”<sup>54</sup>, por outro havia uma certa condescendência com o poder estatal, especialmente por parte da Federação Espírita Brasileira, que esforçava-se em absolver da culpa os poderes executivo e legislativo, apontando a responsabilidade para a Igreja Católica e para o Código Penal, por esse não ter sido elaborado pelo ‘atual’ legislativo.<sup>55</sup> De todo modo, havia a insistência constante em reformular a lei em favor dos espíritas, reivindicando inclusive um tratamento igualitário ante a Igreja Católica, já que a polícia estaria perseguindo apenas os espíritas por praticarem os passes, as curas espirituais, enquanto os católicos, efetuando práticas de mesma natureza (as bênçãos dos padres), não sofreriam qualquer penalidade, incoerentemente com o novo Código Penal que enquadrava criminalmente o ‘curandeirismo’ através dos artigos 282 e 284.<sup>56</sup>

Havia uma preocupação explícita dos espíritas em figurar como praticantes de uma religião, respeitada enquanto tal, para ficar sob a proteção da Constituição<sup>57</sup>, o que deve ter apressado a formação da opinião de muitos espíritas indecisos quanto ao suposto caráter religioso da Doutrina Espírita.<sup>58</sup> Em razão então, tanto dessa preocupação com a proteção da lei dada às práticas religiosas, quanto da necessidade de ser reconhecida oficialmente a expressão numérica do movimento espírita, houve uma mobilização encabeçada pela Federação Espírita Brasileira e pela Liga Espírita do Brasil (LEB) - que já havia feito campanha semelhante por ocasião do censo de 1940<sup>59</sup> - para que os espíritas respondessem corretamente (segundo seus critérios) ao questionário do censo que estava para ser feito em 1º de julho de 1950. Assim, desde 1949 a Federação Espírita Brasileira publicava n’*O Reformador* a orientação para

que os espíritas se dissessem praticantes do Espiritismo quando lhes fossem perguntados sobre a crença religiosa.<sup>60</sup> O Conselho Federativo Nacional, instalado na Federação Espírita Brasileira, procurou garantir que o Censo Demográfico fosse feito sem irregularidades, enviando uma carta com considerações a esse respeito para o Diretor Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento, que a responde garantindo “o ponto neutro em que estão colocadas as nossas indagações que visam ao conhecimento da evolução religiosa no Brasil”, estando os recenseadores “devidamente recomendados no sentido de registrarem os dados fornecidos pelos informantes, sem apreciá-los ou discuti-los, cabendo aos recenseadores a verificação antes da aposição da assinatura no Boletim.”<sup>61</sup> Ao fim, comemora-se a lisura do processo de recenseamento contrastando com as falhas do censo de 1940, que teria sido marcado pela falta de neutralidade religiosa<sup>62</sup>, já que os empregados do Censo teriam preenchido todas as fichas em branco no campo religioso com a declaração de católicos.<sup>63</sup> Ao observar-se o crescimento numérico dos espíritas no Brasil tomava-se isso como um indício de que começava “a cumprir-se a predição dos nossos Guias quanto à futura missão do Brasil na restauração do Cristianismo no mundo”<sup>64</sup>, referindo-se à obra *Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho*. Contribuindo para essa compreensão profética de que o Espiritismo seria o arauto da Nova Era, promovendo o cristianismo redivivo a partir da “Pátria do Evangelho” para o mundo todo, afigura-se em alguns momentos também um superdimensionamento dessa expansão do movimento espírita no Brasil, chegando a se dizer que o Espiritismo já seria “a religião dominante no País.”<sup>65</sup>

É nesse contexto de busca de espaço, de acirramento da competição religiosa, que os espíritas vão lutar para avançar suas fronteiras através da mais promissora e poderosa mídia do período: o rádio.<sup>66</sup> Fator de grande relevância para a propagação da Doutrina Espírita fora a conquista da Hora Espírita Radiofônica. Assim destaca *A Reencarnação*:

Como órgão moderno de difusão, o rádio vem prestar a sua colaboração eficaz, levando, nas azas das ondas etéreas, a lição, o conceito, a palestra, a conferência, tudo subordinado aos ensinamentos da Terceira Revelação.

Pelo que toca ao Rio Grande do Sul, notamos um reflorescimento primaveril, na divulgação e propaganda da Doutrina Espírita. O rádio, pela onda da P R F 9, a Difusora Porto Alegrense, todos os domingos, às 9 horas e 45 minutos, leva a todos os lares, a palavra prestigiosa e inspirada do Dr. Paulo Hecker, diretor do Jornal Espírita e diretor intelectual da Hora Espírita Radiofônica.

[...] É esta uma fase notável, digna de registro, da divulgação do Espiritismo entre nós.<sup>67</sup>

Outra frente de batalha é o campo editorial. Inclusive é essa a grande luta e bandeira da Federação Espírita Brasileira, a de desenvolver a sua editora, produzindo largamente os livros espíritas considerados fundamentais para a instrução e correta divulgação do Espiritismo.<sup>68</sup> O empreendimento editorial da Federação Espírita Brasileira sofria críticas internas do próprio movimento espírita, ora por considerar exagerada a atenção à sua editora, ora por achar insuficientes as suas práticas nesse setor. Reclamava-se do elevado preço dos livros e a Federação Espírita Brasileira defendia-se remetendo à conjuntura do valor do papel. Também muitos queriam distribuição gratuita dos livros, o que a Federação Espírita Brasileira fazia, porém destinando-os aos não espíritas, no intuito de facilitar a propagação da doutrina, ou seja, utilizava recursos advindos com a venda dos livros aos espíritas para financiar a gratuidade das obras para o público não espírita.<sup>69</sup> No Rio Grande do Sul, exemplo desse tipo de esforço é a 1ª Exposição Estadual de Jornais, Revistas e Obras Espíritas<sup>70</sup>, já citada em nota anterior.

A disputa entre espíritas e católicos se dava em diversos segmentos da sociedade. Como foi mencionado, uma boa parte das lideranças espíritas localizava-se no setor militar. Este dado torna-se muito relevante para a temática aqui examinada da relação com o Estado, pois os militares mantiveram uma ótima relação com os governos Vargas de 1930 a 1945, a tal ponto que José Murilo de Carvalho denominou a primeira fase do seu relacionamento, de 1930 a 1937, de “namoro”, e a segunda, de 1937 a 1945 de “lua-de-mel”, com a implementação de diretrizes postas por Góes Monteiro.<sup>71</sup> Conforme Carvalho, “a política do Estado Novo seguiu as orientações estabelecidas por Góes Monteiro em documento apresentado a Vargas em 1934 tanto no que se referia ao fortalecimento e à redefinição do papel das Forças Armadas como no que dizia respeito à política econômica.”<sup>72</sup> Com isso fica aqui assentada a grande importância da presença de militares espíritas no sentido de garantir um bom patamar de inserção e de respeitabilidade no Estado Novo para o Espiritismo. E, ao mesmo tempo, essa questão levanta a necessidade de se estudar melhor a influência causada internamente ao movimento espírita pela atuação de militares nos postos de comando das entidades espíritas. Podemos, então, identificar um certo *ethos* militar<sup>73</sup> presente no movimento espírita brasileiro desse período, com referências aos valores da disciplina<sup>74</sup>, da hierarquia e da ordem.<sup>75</sup> Isso se reflete também na linguagem metafórica da batalha do Bem contra o Mal, colocando os espíritas “nas fileiras do Bem, sob a égide de Jesus e de Kardec.”<sup>76</sup> Já se disse, por exemplo, que no Brasil fora “reinstalado o Quartel General de

Kardec.”<sup>77</sup> Também podem ser lidos uma série de artigos de Rui Alencar Nogueira que tratam das tensões entre espíritas e capelães da Igreja Católica no meio militar, tendo como pano de fundo o apreço a valores como a disciplina, a ordem e a austeridade, devendo-se ressaltar ainda a valorização da democracia, que aparecia ao se criticar as tentativas da Igreja de impor a religião católica nas casernas (conseguida em grande parte a partir da atuação nas Forças Expedicionárias Brasileiras na 2ª Guerra Mundial em 1942), violando a liberdade religiosa dos militares não-católicos, aí enfatizando a grande presença dos espíritas e o problema do tratamento desigual dado pelo Estado às religiões.<sup>78</sup>

É do general Roberto Pedro Michelena, presidente da Federação Espírita do Rio Grande do Sul de 1941 a 1947, o seguinte testemunho da penetração do movimento espírita no meio militar, e dos militares no movimento espírita, o que parece ter contribuído para o enfrentamento de leis repressivas que prejudicavam a prática do Espiritismo:

Em duas gestões, de 1941 a 1945, tivemos a ventura de atrair para a Federação – inúmeros companheiros do Exército. A Diretoria, quase toda, usava espada à cinta – mas embainhada, como aconselhou Cristo a Pedro. E isso foi bom, porque a violência da II Grande Guerra, além de ensangüentar o Mundo – articulou, no Rio, um malfadado projeto de novo Código Civil. Proibia passes, titulava de curandeirismo o receituário espírita e prometia confortáveis prisões para os transgressores, certamente os dirigentes das Casas e seus médiuns.

Levantamos a luva e redigimos, em nome do Espiritismo Gaúcho, a “Mensagem da FERGS ao Brasil”. Milhares de exemplares foram distribuídos por toda parte. [...] Pompílio leu-a na “Hora Espírita Radiofônica”, deixando claro que as ameaças potencializadas no infeliz projeto nada tinha conosco... E a tranqüilidade e a confiança refizeram-se nas Casas da Capital e do Interior. Além de tudo, nosso brilhante colega de Turma, Cap. Aurélio da Silva Py, era o Chefe de Polícia. Cruzamos, desde logo, nossas espadas, na defesa do Espiritismo. Nada aconteceu!<sup>79</sup>

Disputava-se com a Igreja Católica a proeminência da prática da caridade, revelada pelas diversas obras de assistência social, que certamente contribuía muito para elevar o valor das instituições espíritas perante o Estado.<sup>80</sup> Cita-se o reconhecimento da administração pública ao trabalho assistencial espírita:

É verdade que o movimento de assistência social torna-se cada vez maior, aqui e acolá, surgem escolas, hospitais,

orfanatos, asilos para a velhice desamparada, cuja notável organização já despertou a atenção dos poderes constituídos, os quais, em alguns lugares, espontaneamente, decretaram algumas de utilidade pública.

Ha pouco tempo foram as autoridades do Estado do Rio Grande do Sul que não regatearam aplausos às consideráveis obras desta natureza, devidas aos espíritas gaúchos.

Uma notabilidade médica da Capital Federal disse ha tempos: “que seria dos doentes pobres do Rio de Janeiro se não fosse a assistência que lhes dispensam os espíritas”...<sup>81</sup>

Inclusive chegava-se a disputas no plano legal, no caso das subvenções do governo às obras de assistência social. Cita-se um interessante caso no qual o padre Olympio de Campos, Prefeito do Distrito Federal, tenta vetar as subvenções que o Conselho Municipal tinha concedido às instituições espíritas Abrigo Thereza de Jesus, “para a infância desvalida” e o Asilo Legião do Bem, “para a velhice desamparada.”<sup>82</sup> Ao fim, a maioria dos vereadores rejeita o veto do prefeito e mantêm assim o apoio público aos empreendimentos espíritas.

A solução para os problemas da humanidade, incluindo os aspectos políticos, econômicos e sociais, está na reforma dos indivíduos, que deveria se efetuar através do trabalho e da educação.<sup>83</sup> É a chamada reforma íntima, eminentemente moral, que promoveria a evolução da humanidade para que esta fosse regida pelas leis do Evangelho. É importante que retenhamos os conceitos de trabalho e educação, pois, além de serem centrais para os espíritas ao refletirem sobre a questão social, entram em forte ressonância com o discurso trabalhista do governo Vargas.

Um longo discurso defendendo a necessidade dos espíritas concentrarem-se na área educacional, fundando escolas e ginásios, é pronunciado n’A *Reencarnação*, demonstrando as vantagens desse intento sobre as demais obras assistenciais.<sup>84</sup> A educação é apresentada diversas vezes como a solução para todos os males, sendo portanto a área por excelência destinada à atuação dos espíritas.<sup>85</sup> A educação num sentido amplo é associada por vezes ao caráter *sui generis* da religião espírita, opondo-se às religiões tradicionais, focando como seu reverso a religião católica, com sua promiscuidade política através da vinculação da Igreja com os poderes temporais, entendendo-se enfim que o Espiritismo não visa “o domínio temporal e material dos povos, mas, a transformação do mundo com a educação espiritual do homem.”<sup>86</sup> Defende-se a educação no lar<sup>87</sup>, mas também a criação de escolas espíritas, para fazer frente àquelas que “ministram outras crenças”<sup>88</sup>: “Urge [...] que propugnemos pela multiplicação de escolas espíritas, de todos os graus, afim de que possamos combater o erro com as mesmas armas, embora sob o cunho do amor e da

fraternidade e com o amparo mais facilitado dos mensageiros do Senhor!”<sup>89</sup>

Já o trabalho<sup>90</sup> aparece como o grande impulso, a grande necessidade do momento. Num artigo intitulado *Glorificação do Trabalho*, Ildefonso Dias, diretor d’A *Reencarnação*, pronuncia-se em favor do discurso de Vargas. Quando se dirigia aos trabalhadores do Brasil, em 1º de Maio, o “Chefe Nacional” afirma que: “A ociosidade deve ser considerada crime contra o interesse coletivo”. “Não se pode tolerar a desocupação, quando há tantas tarefas urgentes a realizar.”<sup>91</sup> Claro está, para Ildefonso, que “são programas dos propósitos de uma nação: combater a ociosidade e trabalhar pelo interesse coletivo”, e que “os espíritos receberam estas palavras de ordem, com serenidade, sem constrangimento, de vez que a Doutrina que professam erige o Trabalho como condição essencial do progresso”. Assim exorta aos espíritos: “trabalhem muito, material e espiritualmente, pelo bem coletivo!”<sup>92</sup> A valorização do trabalho é constante em todo o período aqui abordado, remetendo ao próprio lema kardequiano dirigido ao movimento espírita: “trabalho, solidariedade e tolerância.”<sup>93</sup> Elogiava-se o operário<sup>94</sup>, a criação de uma Universidade Proletária do Brasil<sup>95</sup>, considerando-se como árdua tarefa para o Espiritismo “apresentar o trabalho como serviço, bênção do Céu para a felicidade do mundo e progresso do Espírito, em oposição à velha lenda que atribui o trabalho à maldição de Jeová, ao pecado do homem.”<sup>96</sup> Bastante ilustrativa dessa grande valorização do trabalho, com o “bom uso” do capital e da experiência, é a publicação de uma entrevista com Henry Ford<sup>97</sup>, na qual ele apresenta a sua convicção na realidade da reencarnação:

Não creio que a vida seja suave. Os homens vieram a este mundo para adquirir experiência; mas também julgo que não se deve oprimir quem quer que seja, como se faz com o algodão em caixas. Deus fez as pulgas para dar ocupação aos cães, e as *dificuldades e penas para dar trabalho ao homem*, mas tudo se reduz a obter experiência na vida.<sup>98</sup>

Altamente significativa nesse campo de disputas são as convergências entre espíritos e católicos.<sup>99</sup> Assim como disputavam a proeminência da prática da caridade, ambos, através de importantes representantes, propunham um projeto de nação e um projeto de civilização. O mais surpreendente, porém, é o alto grau de semelhança desses projetos! O destino do Brasil, como ‘coração do mundo’ e ‘pátria do evangelho’ defendido pela Federação Espírita Brasileira e talvez pela maioria do movimento espírita, incluindo-se a Federação Espírita do Rio Grande do Sul, correlaciona-se com o posicionamento do arcebispo D. João Becker, que propunha que o Brasil, num momento de crise de valores no

mundo, poderia sustentar a ordem social e política desde que fosse “orientado pelo magistério da Igreja” e “resguardasse incólume sua tradição cristã.”<sup>100</sup>

A diferença fundamental está na liderança desse processo providencial que erigiria o Brasil em arauto da nova civilização: seria o Espiritismo ou o Catolicismo o representante e guia do cristianismo civilizador conduzido do Brasil para o Mundo? Obviamente, cada um dos grupos religiosos defendia sua própria doutrina, mas isso não impediu que ambos tivessem um entendimento muito semelhante da história do Brasil. Essa, para D. João Becker, apresenta “uma reserva moral própria da presença do cristianismo como força formadora e sustentadora da nacionalidade. Assim a vida nacional está alicerçada no ‘fundamento cristão das nossas tradições, dos nossos costumes e do nosso caráter.’”<sup>101</sup> Já para a Federação Espírita Brasileira, ao defender irrestritamente a obra *Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho*, a história do Brasil “teria sido escrita mesmo antes do descobrimento, sob orientação do próprio Cristo” com a execução de seus planos pelo espírito Ismael.<sup>102</sup> Com Fábio Silva podemos resumir:

o Brasil aparece como “Pátria do Evangelho”, celeiro do mundo, ponto de início de uma nova civilização de tolerância e amor ao próximo. Para justificar essa idéia, o autor recorre às determinações espirituais dos fatos de nossa história. A escolha e a definição do território brasileiro, a seleção dos povos que iriam compor o tipo brasileiro, os momentos do descobrimento, da independência, da república, são exemplos de decisões tomadas pelos espíritos superiores a fim de cumprir as ordens do próprio Cristo.<sup>103</sup>

O Estado organicista e corporativista é defendido também por católicos e espíritas (entre os espíritas, a adoção da obra de Pietro Ubaldi, *A Grande Síntese*, é a marca mais evidente desta compreensão do Estado). Talvez a única diferença mais significativa nesse ponto seja a valorização da modernidade. Enquanto os espíritas, coerentes com o entendimento evolucionista e progressista da história da humanidade, apostavam nos frutos benéficos da modernidade, ainda que envolta em crises de fundo moral, os católicos, de um modo geral, a rechaçavam como signo de avanço da laicização. Faziam o elogio da vida rural sob o lema “rumo aos campos”<sup>104</sup> e com seu conservadorismo entravam em contradição com a busca do desenvolvimento capitalista pelo Estado brasileiro<sup>105</sup>. Um acentuado anti-liberalismo está presente nas fórmulas políticas da Igreja Católica, de tal modo que para o arcebispo D. João Becker “era necessário que a liberdade se curvasse ante o poder de um Estado dotado de força suficiente para impedir a anarquia social.”<sup>106</sup>



A base da argumentação do arcebispo está, segundo Isaia, na “defesa de uma ordem social orgânica, onde os ensinamentos católicos avalizassem a unidade moral orientadora do corpo social.”<sup>107</sup> Criticava-se a democracia liberal como “um instrumento perigoso ao tornar absoluta a vontade popular como seu único fundamento e o sufrágio universal como seu realizador maior” e defendia-se alternativamente “uma ordenação política baseada em um novo critério de cidadania, onde a representação classista asseguraria a vigência de uma ordem corporativa” referendando assim o que teoricamente prescrevia a Constituição de 1937 do Estado Novo.<sup>108</sup> Assim, através desse olhar católico, “o regime de 1937 aparecia como um governo popular e democrata, capaz de realizar a prosperidade social e moral do povo.”<sup>109</sup> Já vimos que entre os espíritas houve movimentos pendulares, ora colocando-se em sintonia com a onda autoritária que atingia o Brasil e o mundo, ora posicionando-se em favor da democracia liberal. Porém, há um ponto importante em que a divergência entre setores da Igreja Católica e o movimento espírita parece ser muito acentuada: a questão do totalitarismo. Enquanto os espíritas frisavam constantemente a necessidade de se manter o respeito à liberdade religiosa, procurando assim frear o avanço da Igreja articulada com o Estado, parte do clero trabalhava com a idéia de um ‘totalitarismo cristão’, como alternativa ao ‘totalitarismo pagão’, enquadrando-se nessa pecha, de acordo com o arcebispo D. João Becker, os regimes soviético e nazista. Após ter feito o elogio ao nazismo, pela sua “louvável condenação nacional-socialista ao liberalismo e ao comunismo”, o arcebispo passa a criticá-lo em razão de sua ideologia prescindir “de qualquer sentimento religioso”, podendo ser considerado como anticristão ao lado do comunismo.<sup>110</sup> Permanecia porém o apreço pelo fascismo italiano, apenas silenciado após a declaração de guerra ao eixo feita pelo Brasil. Esse totalitarismo católico não passa em branco no meio espírita, sendo criticado através de sua imprensa.<sup>111</sup>

Resumindo, temos um quadro social complexo, no qual interagem o movimento espírita, a Igreja Católica e a instituição do Estado, cada um com seus interesses próprios que nem por isso deixavam de se articular em convergências quando necessário. Os católicos ganharam bastante espaço através do governo na Era Vargas, reforçando a necessidade dos espíritas atentarem para o Estado no seu esforço de legitimação social. Organizaram-se para isso, reivindicando direitos legais que lhes permitissem manter suas atividades sem coibições, como os passes e os receiptuários mediúnicos. Lutaram por um Estado laico, pelo reconhecimento censitário, pela liberdade religiosa, utilizando-se da Coligação Pró-Estado Leigo, de recursos judiciais, de propaganda via rádio e imprensa escrita, com intensa produção editorial. A busca por espaço no Estado foi facilitada para os espíritas pela proeminência

social das suas lideranças, atingindo o funcionalismo público, a imprensa e o meio militar até altos escalões. Valores convergentes também contribuíram para aproximar o movimento espírita e o governo Vargas, como a ênfase na educação e no trabalho e as ideologias do nacionalismo e do corporativismo, com aproximação nesse caso também com o catolicismo.

## NOTAS

<sup>1</sup> Além da bibliografia pertinente, valho-me das revistas *A Reencarnação* e *O Reformador*, respectivamente editadas pela Federação Espírita do Rio Grande do Sul (FERGS) e Federação Espírita Brasileira (FEB), como fontes do pensamento espírita da época em exame. Como a Federação Espírita Brasileira, apesar de localizar-se no Rio de Janeiro, tinha uma considerável dimensão de representatividade do movimento espírita nacional, serviu-me como ponto de referência fundamental para permitir manter o escopo do trabalho num nível supra-regional; daí podermos falar neste artigo em movimento espírita brasileiro. Como elemento de controle, o exame do periódico da Federação Espírita do Rio Grande do Sul foi útil para amparar afirmações generalizantes.

<sup>2</sup> ISAIA, Artur C. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p. 150.

<sup>3</sup> ISAIA, Artur C. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p. 151.

<sup>4</sup> LEWGOY, Bernardo. "O sincretismo invisível: um olhar sobre as relações entre catolicismo e espiritismo no Brasil" In: ISAIA, Artur Cesar (org.). *Orixás e espíritos: o debate interdisciplinar na pesquisa contemporânea*. Uberlândia: EDUFU, 2006, p. 213; grifos do autor.

<sup>5</sup> O Pacto Áureo resultou das lutas em torno da definição organizacional do movimento espírita brasileiro. Simplificadamente, o quadro pode ser assim descrito: de um lado, havia diversas federativas estaduais que pleiteavam a consecução de um modelo democrático de gerência do poder, fazendo da Federação Espírita Brasileira uma entidade por elas sustentada; de outro, havia a Federação Espírita Brasileira que pretendia manter-se como um centro de poder independente, guiado apenas pelo Anjo Ismael, referido como um mandatário de Cristo para a realização do Evangelho nas terras brasileiras. Sob esse prisma, o Pacto Áureo pode ser entendido como uma concessão meticulosamente calculada pela Federação Espírita Brasileira aos insistentes reivindicadores da unificação com inclusão representativa, visando – e, de fato, conseguindo – permanecer com um poder decisório bastante superior.

<sup>6</sup> MACHADO, Leopoldo. *A caravana da fraternidade*. Editora do Lar de Jesus, 1954, p. 77-78.

<sup>7</sup> MACHADO, Leopoldo. *A caravana da fraternidade*. Editora do Lar de Jesus, 1954, p. 85.

<sup>8</sup> MACHADO, Leopoldo. *A caravana da fraternidade*. Editora do Lar de Jesus, 1954, p. 93-95.

<sup>9</sup> Ver, por exemplo, a presença de pessoas do governo do Estado e municipal em uma sessão solene promovida pela Federação Espírita do Rio Grande do Sul no Teatro São Pedro no dia 3 de outubro de 1937, em que se comemorava a data natalícia de Allan Kardec: o major Paixão Coelho, representando o governador do Estado, o professor Guerreiro Lima, diretor geral da Instrução Pública e Conrado Ferrari, diretor da Diretoria de Rendas da Prefeitura Municipal e líder espírita, tendo sido também diretor do Hospital Espírita de Porto Alegre (*A Reencarnação*, nov. 1937, p. 2-4). A comemoração repete-se em 1938 com a presença dos drs. Dante de Laytano e Felicíssimo Diffini, respectivamente chefe de gabinete do Dr. Coelho de Souza, Secretário da Educação e do dr. José Bonifácio Costa, Diretor de Higiene do Estado. Também estavam presentes o engenheiro

chefe da Diretoria de Obras da Prefeitura, o oficial de Gabinete do Secretário de Agricultura e o Diretor do Tráfego da Capital (A Reencarnação, nov. 1938, p. 2-3). Já na 1.<sup>a</sup> Exposição Estadual de Jornais, Revistas e Obras Espíritas, ocorrida entre 6 e 20 de novembro de 1940, esteve presente o Prefeito de Porto Alegre, José Loureiro da Silva, além de diversos funcionários públicos representando altos funcionários do Estado (Secretário de Educação, Comandante da Brigada Militar e Diretor do Departamento Estadual de Saúde) (A Reencarnação, dez. 1940, p. 1-22).

<sup>10</sup> O tema é especificamente tratado em outro artigo: MIGUEL, Sinuê N. "Espiritismo e política: o compasso dos espíritas com a conjuntura dos anos 1930-1940" In: *Debates do NER*(UFRGS), ano 10, n. 15, p. 39-70, Porto Alegre, 2009.

<sup>11</sup> Afirmava-se que com a criação das ligas que vinham fazer exigências aos candidatos políticos, promover-se-ia a divisão entre o próprio meio católico e estimular-se-ia "a criação de partidos políticos dentro de todos os meios religiosos e anti-religiosos do País", tudo de acordo com o interesse de poderio material da Igreja, que não ligava para a consecução de "lutas religiosas, lutas que dividirão os filhos da mesma Pátria!" (O Reformador, dez. 1945, p. 8).

<sup>12</sup> Vinicius, articulista d' *O Reformador*, escreve o texto *Similia similibus curantur*, no qual acusa o papado de representar uma ideologia extremista e imperialista, tal qual a ideologia de Hitler. Ao examinar o conflito entre o Vaticano e o Estado totalitário na Alemanha, Vinicius critica o papa por acusar Hitler de querer se impor à liberdade de consciência enquanto ele mesmo – o papa – portasse como "o falso profeta que ousa colocar-se ao lado do Cristo", "sendo um simples mortal" "que se diviniza a si mesmo, deixando-se adorar pelos seus semelhantes, distribuindo bênçãos e estendendo os pés para serem osculados". Assim, finaliza com o raciocínio de que "Hitler na Alemanha e o papa no Vaticano pretendem, ambos, o domínio das massas, estando ambos imbuídos da mesma megalomania de imperialismo. Portanto, de tal encontro resultará, segundo a lei dos semelhantes, a cura das insânias e mazelas que afligem os homens do século, perturbando a paz e o sossego da humanidade" (O Reformador, jul. 1937, p. 268-269).

<sup>13</sup> O Reformador, out. 1945, p. 20-22, nov. 1945, p. 9 e dez. 1945, p. 8-9.

<sup>14</sup> O Reformador, out. 1945, p. 22.

<sup>15</sup> Cabe ressaltar que Getúlio Vargas fora admirador de Humberto de Campos, tendo nomeado-o diretor da Casa Ruy Barbosa.

<sup>16</sup> O Reformador, jun. 1937, p. 251-252.

<sup>17</sup> O Reformador, nov. 1945, p. 9.

<sup>18</sup> O Reformador, jan. 1948, p. 13.

<sup>19</sup> Essa acusação não era absurda, já que havia espíritas comunistas no período, como Eusíbio Lavigne. Na época, muitos católicos classificam o Espiritismo "de praga, de comunista, de prejudicial à Família brasileira" (O Reformador, ago. 1948, p. 19).

<sup>20</sup> O fato de haver padres comunistas e de a Igreja acusar espíritas de serem comunistas permanece em 1949, sendo que a Federação Espírita Brasileira novamente aproveita a oportunidade para frisar que "não somos políticos, não pertencemos a qualquer partido político e não nos preocupamos com as coisas cá da Terra" (O Reformador, nov. 1949, p. 11).

<sup>21</sup> O Reformador, jun. 1948, p. 18; grifos meus.

<sup>22</sup> O Reformador, dez. 1945, p. 26.

<sup>23</sup> A Reencarnação, nov. 1939, p. 4-6 e dez. 1939, p. 9-14.

<sup>24</sup> ISAIA, Artur C. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p. 103.

<sup>25</sup> ISAIA, Artur C. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS,

1998, p. 103.

<sup>26</sup> Lins de Vasconcelos foi uma grande liderança do movimento espírita. Além de ser engenheiro agrônomo, se tornou muito rico como empresário e assim financiou diversas obras de caridade e instituições espíritas, atuando como presidente da Federação Espírita do Paraná (FEP) já aos 25 anos, freqüentando a presidência dessa instituição por seis mandatos e atuando como Secretário Geral por cinco vezes, num período de dezoito anos, integrando-a a Liga Brasileira de Analfabetismo e realizando o II Congresso Espírita Paranaense. Foi diretor da *Revista do Espiritualismo* e do jornal *Mundo Espírita*, empenhou-se junto com Leopoldo Machado pela realização do I Congresso de Mocidades Espíritas do Brasil e fundou a Ação Social Espírita, no intuito de desenvolver o trabalho sócio-assistencial do Espiritismo. Foi também membro efetivo da Assembléia Deliberativa da Federação Espírita Brasileira, vice-presidente da Liga Espírita do Estado da Guanabara (sucedeu a Liga Espírita do Brasil) e 1º secretário da Sociedade de Medicina e Espiritismo do Rio de Janeiro, figurando ainda como seu presidente de honra (WANTUL, Zêus. *Grandes espíritas do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da FEB, 1981, p. 488-497).

<sup>27</sup> WANTUL, Zêus. *Grandes espíritas do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da FEB, 1981, p. 493.

<sup>28</sup> *Mundo Espírita*, 27 de ago. 1949, p. 1.

<sup>29</sup> LEWGOY, Bernardo. "O sincretismo invisível: um olhar sobre as relações entre catolicismo e espiritismo no Brasil" In: ISAIA, Artur Cesar (org.). *Orixás e espíritos: o debate interdisciplinar na pesquisa contemporânea*. Uberlândia: EDUFU, 2006. p. 214.

<sup>30</sup> MIGUEL, Sinuê N. "Espiritismo e política: o compasso dos espíritas com a conjuntura dos anos 1930-1940" In: *Debates do NER* (UFRGS), ano 10, n. 15, p. 39-70, Porto Alegre, 2009.

<sup>31</sup> LEWGOY, Bernardo. "O sincretismo invisível: um olhar sobre as relações entre catolicismo e espiritismo no Brasil" In: ISAIA, Artur Cesar (org.). *Orixás e espíritos: o debate interdisciplinar na pesquisa contemporânea*. Uberlândia: EDUFU, 2006, p. 214.

<sup>32</sup> De acordo com Bernardo Lewgoy, a "intensa propaganda da obra de Chico Xavier permitiu ao grupo da Federação Espírita firmar a liderança no movimento espírita brasileiro [...] em 1949, no chamado Pacto Áureo – no qual o reconhecimento de suas obras tornou-se o grande fator de união nacional dos kardecistas" (LEWGOY, Bernardo. *O grande mediador: Chico Xavier e a cultura brasileira*. Bauru: EDUSC, 2004, p. 120).

<sup>33</sup> MIGUEL, Sinuê N. "Espiritismo e política: o compasso dos espíritas com a conjuntura dos anos 1930-1940" In: *Debates do NER* (UFRGS), ano 10, n. 15, 2009, p. 68-69.

<sup>34</sup> LEWGOY, Bernardo. "O sincretismo invisível: um olhar sobre as relações entre catolicismo e espiritismo no Brasil" In: ISAIA, Artur Cesar (org.). *Orixás e espíritos: o debate interdisciplinar na pesquisa contemporânea*. Uberlândia: EDUFU, 2006, p. 214.

<sup>35</sup> Angélica Aparecida Silva de Almeida discute com profundidade o embate entre a Psiquiatria e o Espiritismo em torno dos temas da mediunidade, da doença de um modo geral e das doenças mentais em particular. Os espíritas eram acusados de promoverem desajustes mentais com a prática do Espiritismo, o que provocou acesos debates em torno da "loucura espírita". Almeida afirma que nos anos de 1930-1950 houve um acirramento desse confronto, alcançando inclusive a imprensa leiga. As curas realizadas nos centros espíritas foram objeto de investigação da classe médica, denominando-as como charlatanismo e exercício ilegal da medicina, mobilizando médicos e juristas "na tentativa de reprimir tais atividades" (ALMEIDA, Angélica A. S. de. "Uma fábrica de loucos": Psiquiatria X Espiritismo no Brasil (1900-1950). Tese de Doutorado em História, UNICAMP, Campinas, 2007, p. 16).

<sup>36</sup> GIUMBELLI, Emerson. *O cuidado dos mortos: uma história da condenação e legitimação do Espiritismo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, p. 256; grifos do autor.

- <sup>37</sup> GIUMBELLI, Emerson. *O cuidado dos mortos*: uma história da condenação e legitimação do Espiritismo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, p. 256.
- <sup>38</sup> GIUMBELLI, Emerson. *O cuidado dos mortos*: uma história da condenação e legitimação do Espiritismo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, p. 258.
- <sup>39</sup> GIUMBELLI, Emerson. *O cuidado dos mortos*: uma história da condenação e legitimação do Espiritismo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, p. 258-259.
- <sup>40</sup> Era a prática de se fornecer uma receita médica através da mediunidade. Geralmente seria um espírito de médico que estaria fazendo o diagnóstico e a formulação da receita transmitida ao médium, ou então, o próprio médium seria capaz de observar espiritualmente o paciente efetuando o diagnóstico e a receita.
- <sup>41</sup> GIUMBELLI, Emerson. *O cuidado dos mortos*: uma história da condenação e legitimação do Espiritismo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, p. 259.
- <sup>42</sup> O Reformador, ago. 1944, p. 27-28.
- <sup>43</sup> O Reformador, abr. 1945, p. 26.
- <sup>44</sup> GIUMBELLI, Emerson. *O cuidado dos mortos*: uma história da condenação e legitimação do Espiritismo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, p. 260.
- <sup>45</sup> GIUMBELLI, Emerson. *O cuidado dos mortos*: uma história da condenação e legitimação do Espiritismo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, p. 260.
- <sup>46</sup> GIUMBELLI, Emerson. *O cuidado dos mortos*: uma história da condenação e legitimação do Espiritismo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, p. 260-261.
- <sup>47</sup> GIUMBELLI, Emerson. *O cuidado dos mortos*: uma história da condenação e legitimação do Espiritismo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, p. 260-261.
- <sup>48</sup> GIUMBELLI, Emerson. *O cuidado dos mortos*: uma história da condenação e legitimação do Espiritismo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, p. 262.
- <sup>49</sup> Em nota, Giumbelli afirma ser possível que a Liga Espírita do Brasil (LEB) e o Centro Espírita Redentor também tenham participado dessas negociações com a Chefatura de Polícia (GIUMBELLI, Emerson. *O cuidado dos mortos*: uma história da condenação e legitimação do Espiritismo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, p. 262).
- <sup>50</sup> O Reformador, abr. 1945, p. 26.
- <sup>51</sup> O Reformador, jun. 1948, p. 7-8.
- <sup>52</sup> O Reformador, jun. 1948, p. 7-8.
- <sup>53</sup> O Reformador, ago. 1948, p. 24.
- <sup>54</sup> O Reformador, nov. 1948, p. 23; grifos do autor.
- <sup>55</sup> O Reformador, ago. 1948, p. 27.
- <sup>56</sup> O Reformador, ago. 1948, p. 26-27, out. 1948, p. 24 e abr. 1949, p. 13.
- <sup>57</sup> O Reformador, mar. 1950, p. 22.
- <sup>58</sup> No artigo “O Recenseamento e os Espíritas”, publicado n’*A Reencarnação*, se destaca o consenso em torno da apreciação de que o Espiritismo seria “a religião” por excelência, como o “Consolador Prometido” pelo próprio Cristo, o que foi afirmado consensualmente pelos congressistas brasileiros, “com os aplausos de congressistas argentinos e de Porto Rico” no Congresso Espírita Pan-Americano em outubro de 1949 (*A Reencarnação*, abr-mai. 1950, p. 4-5).
- <sup>59</sup> *A Reencarnação*, set-out. 1949, p. 23-24.
- <sup>60</sup> O Reformador, jan. 1949, p. 2, mai. 1949, p. 22, jun. 1949, p. 8, jul. 1949, p. 8, ago. 1949, p.

7 e mar. 1950, p. 57.

<sup>61</sup> O Reformador, abr. 1950, p. 26.

<sup>62</sup> O Reformador, nov. 1950, p. 12.

<sup>63</sup> O Reformador, mai. 1949, p. 22.

<sup>64</sup> O Reformador, jun. 1950, p. 28.

<sup>65</sup> O Reformador, fev. 1944, p. 19-20.

<sup>66</sup> O Reformador, dez. 1937, p. 542-543.

<sup>67</sup> A Reencarnação, ago. 1942, p. 6.

<sup>68</sup> O Reformador, fev. 1948, p. 13.

<sup>69</sup> O Reformador, jun. 1948, p. 15.

<sup>70</sup> A Reencarnação, dez. 1940, p. 1-24.

<sup>71</sup> CARVALHO, José Murilo. *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, p. 102-110.

<sup>72</sup> CARVALHO, José Murilo. *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, p. 109.

<sup>73</sup> O elogio ao Duque de Caxias em extenso artigo intitulado “Caxias – Herói e Cristão”, publicado n’ *O Reformador* de Setembro de 1948, é significativo nesse sentido, pois ressalta-se as virtudes militares da fidelidade à ordem, à disciplina, mostrando uma atitude militar pacificadora, marcada pela tolerância, concórdia e perdão (O Reformador, set. 1948, p. 19).

<sup>74</sup> Ver a orientação de Emmanuel dada a Chico Xavier para exercer o seu trabalho logo no começo da intensificação da sua atividade mediúnica, que consistia em respeitar “os três pontos básicos para o Serviço”, conforme consta no diálogo entre Chico e seu mentor em diversas biografias suas: “ - Qual é o primeiro? A resposta veio firme: - Disciplina. – E o segundo? – Disciplina. – E o terceiro? – Disciplina”.

<sup>75</sup> A Reencarnação, ago. 1939, p. 12-13.

<sup>76</sup> O discurso guerreiro segue assim: “Aos ataques da incompreensão, às cargas negras do materialismo, respondamos com o fogo nutrido de todas as baterias da Verdade, deflagrando no campo inimigo bombas e obuses com cargas completas de argumentos decisivos, que rasgarão no espaço a trajetória luminosa da Razão esclarecida; assaltemos e clareemos os vales negros e pestilentos do Ceticismo, da Negação, da Dúvida e da Descrença com os poderosos e invencíveis carros de assalto da nossa Fé; com a lança, a espada e o gládio de nossa Misericórdia, de nossa Resignação e de nosso Amor, rasguemos os arcabouços que se atiram em nossas trincheiras, corpo a corpo, afirm de soltarmos os sentimentos do Bem neles enclausurados e aniquilarmos os sentimentos do Mal representados pelo ódio, egoísmo, luxúria e orgulho! Não abandonemos a luta um só momento! Não nos desiludamos com revezes momentâneos, pois o Comandante Supremo nos ampara e nos conduzirá à grande Vitória! Construamos novas trincheiras para abrigar a Perseverança, a Resignação e a Caridade, que nos trarão os grandes louros do triunfo! Construamos novas fortalezas de Amor e de Bondade com amplos torreões para a guarda das Verdades Sublimes!” (A Reencarnação, jun. 1944, p. 4).

<sup>77</sup> O Reformador, set. 1948, p. 20.

<sup>78</sup> O Reformador, fev. 1948, p. 21, mai. 1948, p. 12, out. 1948, p. 12-13, jan. 1949, p. 12, mar. 1949, p. 24-25, mai. 1949, p. 15-16, jun. 1949, p. 16, ago. 1949, p. 20, nov. 1949, p. 19 e 25, jan. 1950, p. 14-15, ago. 1950, p. 10, set. 1950, p. 22 e A Reencarnação, jul. 1949, p. 5.

<sup>79</sup> A Reencarnação, dez. 1971, p. 20-21.

<sup>80</sup> Sobre a competição religiosa do Espiritismo e do Catolicismo através da disputa pela supremacia e correta efetuação da prática da 'caridade', materializada nas 'obras sociais' de ambos os movimentos religiosos, o primeiro buscando legitimação frente à sociedade e o segundo a manutenção do seu monopólio, ver: CAMURÇA, Marcelo. "Fora da caridade não há religião! Breve história da competição religiosa entre catolicismo e espiritismo kardecista e de suas obras sócias na cidade de Juiz de Fora: 1900-1960" In: *Lócus Revista de História*, vol. 7, n. 1, p. 131-154, Juiz de Fora 2001.

<sup>81</sup> A Reencarnação, abr. 1943, p. 2.

<sup>82</sup> A Reencarnação, fev. 1937, p. 2-3.

<sup>83</sup> Leopoldo Machado, ativista da unificação espírita, por exemplo, dá preferência a criação de escolas primárias e profissionais, com relação a construção de Albergues, fazendo crítica à mendicância (MACHADO, Leopoldo. *A caravana da fraternidade*. Editora do Lar de Jesus, 1954, p. 77). Clama por "menos centro espírita e mais escolas" (MACHADO, Leopoldo. *A caravana da fraternidade*. Editora do Lar de Jesus, 1954, p. 90).

<sup>84</sup> A Reencarnação, abr. 1943, p. 2-4.

<sup>85</sup> O Reformador, out. 1937, p. 464-466.

<sup>86</sup> O Reformador, ago. 1945, p. 8.

<sup>87</sup> Obras sobre educação religiosa para as crianças começam a surgir, como por exemplo, o trabalho de Pedro Camargo (Vinícius) e Edgar Armond, intitulado "Como ensinar Religião às Crianças" (O Reformador, ago. 1945, p. 24)

<sup>88</sup> De quando em vez notícias revelam a força do catolicismo no mundo escolar, a exemplo do caso de uma diretora do Externato do Colégio Sacré Coeur do Rio de Janeiro que obriga as alunas a levarem ao colégio as obras de Monteiro Lobato que tivessem em casa, assim fazendo uma fogueira delas, em função da adesão do escritor ao Espiritismo (O Reformador, ago. 1948, p. 11).

<sup>89</sup> O Reformador, mar. 1945, p. 16-17.

<sup>90</sup> Existe n' *O Livro dos Espíritos*, na Parte Terceira, que trata das Leis Morais, um capítulo destinado à Lei do Trabalho (KARDEC, Allan. *O livro dos espíritos*

. Rio de Janeiro: FEB, 2007). No livro amplamente adotado pelo movimento espírita da época, *A Grande Síntese*, de Pietro Ubaldi, há também um capítulo intitulado A Lei do Trabalho (UBALDI, Pietro. *A Grande Síntese*. s/d, 1937). Esse capítulo foi publicado n' *O Reformador*, em comemoração ao 1º de Maio – Dia do Trabalho (O Reformador, mai. 1937, p. ?), e n' *A Reencarnação* (A Reencarnação, set. 1937, p. 2-4).

<sup>91</sup> A Reencarnação, mai. 1943, p. 1-2.

<sup>92</sup> A Reencarnação, mai. 1943, p. 1-2.

<sup>93</sup> O Reformador, mai. 1944, p. 15.

<sup>94</sup> O Reformador, 16 mai. 1937, p. 205-206.

<sup>95</sup> O Reformador, 3 out. 1937, p. 457-458.

<sup>96</sup> O Reformador, fev. 1949, p. 21; ver também A Reencarnação, jul. 1949, p. 7-8, "O Trabalho".

<sup>97</sup> Já se fez também um grande elogio ao multimilionário John Rockefeller, quando do seu falecimento, por sua "existência fecunda e benemérita", ocupando as três primeiras páginas da revista *A Reencarnação* (A Reencarnação, jul. 1937, p. 1-3).

<sup>98</sup> O Reformador, fev. 1949, p. 27; grifos meus.

<sup>99</sup> Convergências em meio às divergências entre espíritas e católicos parecem ter sido uma constante no seu relacionamento. O que demonstra a forte influência das conjunturas históricas sobre os rumos das religiões. No final do século XIX, o apelo da modernidade, da ciência e do progresso

marcou tanto o Espiritismo quanto o catolicismo, o que é visto em: MIGUEL, Sinuê N. "Espiritismo *fin de siècle*: a inserção do Espiritismo no Rio Grande do Sul (1896-1898)" In: *Revista Brasileira de História das Religiões*(ANPUH), ano 2, n. 4, p. 145-184, 2009.

<sup>100</sup> ISAIA, Artur C. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p. 161.

<sup>101</sup> ISAIA, Artur C. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p. 162.

<sup>102</sup> SILVA, Fábio Luiz da. *Espiritismo: história e poder (1938-1949)*. Londrina: Eduel, 2005, p. 149.

<sup>103</sup> SILVA, Fábio Luiz da. *Espiritismo: história e poder (1938-1949)*. Londrina: Eduel, 2005, p. 150.

<sup>104</sup> ISAIA, Artur C. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p. 169-170.

<sup>105</sup> ISAIA, Artur C. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p. 173-174.

<sup>106</sup> ISAIA, Artur C. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p. 184.

<sup>107</sup> ISAIA, Artur C. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p. 184.

<sup>108</sup> ISAIA, Artur C. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p. 186.

<sup>109</sup> ISAIA, Artur C. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p. 186.

<sup>110</sup> ISAIA, Artur C. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p. 198-199.

<sup>111</sup> O Reformador, dez. 1949, p. 28.